

TRT – 10ª região  
Analista Judiciário – 2005  
Nível Superior

### Prova de Português comentada Cespe/UnB

1. A história da Ouvidoria, no Brasil, começa com a
2. chegada dos portugueses, em 1500. Inicialmente, a função da
3. justiça era exercida pelo Rei, que, auxiliado por funcionários,
4. já à época chamados ouvidores, resolvia as questões
5. relacionadas ao dia-a-dia da Colônia. Dotados inicialmente
6. de pouquíssimo poder de decisão, tais funcionários de el-Rei
7. organizaram-se gradativamente e constituíram a Casa de
8. Justiça da Corte, que, com o tempo, evoluiu para a chamada
9. Casa de Suplicação, órgão judicial responsável pelo
10. julgamento das apelações dos cidadãos nas causas criminais
11. que envolvessem sentenças de morte. Foi, porém, Tomé de
12. Sousa, em 1549, quem verdadeiramente deu início à
13. estruturação do Poder Judiciário no Brasil, ao estabelecer o
14. Governo-Geral e trazer consigo o primeiro Ouvidor-Geral,
15. Pero Borges.

Internet: <<http://www.camara.gov.br>>.

**Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.**

1. Pelos sentidos do texto, a substituição de “à época” (l.4) seja por **nessa época**, seja por **naquela época** preserva a coesão textual e a correção gramatical do texto.

**1. Item Correto** – A substituição de “à época” seja por **nessa época**, seja por **naquela época** preserva a coesão textual e a correção gramatical do texto. A expressão “nessa época” substitui anaforicamente “1500”; o uso de “naquela época” também estaria correto, já que o pronome “aquela” se refere a um passado remoto – 1500.

2. As formas verbais “organizaram-se” e “constituíram”, ambas na linha 7, estão no plural para concordar com o mesmo termo com que concorda “Dotados” (l.5).

**2. Item Correto** – As formas verbais “organizaram-se” e “constituíram” e “Dotados” estão no plural para concordar com “tais funcionários de el-Rei”.

3. O emprego de vírgula logo após a palavra “criminais” (l.10) mantém inalterados o sentido e a relação sintática do período.

**3. Item Errado** – A oração adjetiva “que envolvessem sentenças de morte”, sem vírgulas, é restritiva, isto é, limita a significação do seu antecedente “causas criminais”. Em outras palavras: a Casa de Suplicação era o órgão judicial responsável pelo julgamento das apelações dos cidadãos somente nas causas criminais que envolvessem sentenças de morte. Isso significa que a Casa de Suplicação não era responsável pelo julgamento das apelações dos cidadãos que envolvessem outras causas criminais. Separada por vírgulas, a oração “que envolvessem sentenças de morte” passaria a ser explicativa, dando um novo sentido à frase: Agora, a Casa de Suplicação seria o órgão judicial responsável pelo julgamento das apelações dos cidadãos em todas as causas criminais, e todas as causas criminais envolveriam sentenças de morte, o que seria um absurdo.

4. A forma verbal de subjuntivo “envolvessem” (l.11) está no plural para concordar com “cidadãos” (l.10).

**4. Item Errado** – A forma verbal de subjuntivo “envolvessem” está no plural para concordar com o antecedente do pronome relativo “que” – **causas criminais**.

5. Preserva-se a correção gramatical do período, embora, em alguns casos, com alteração de sentido, se a expressão “ao estabelecer” (l.13) for substituída, sem outras modificações no texto, por qualquer uma das seguintes: **quando estabeleceu, por estabelecer, porque estabeleceu, estabelecendo**.

**5. Item Errado** – A expressão “ao estabelecer” indica **tempo** simultâneo, assim como “quando estabeleceu”, e “estabelecendo”. Já “por estabelecer” e “porque estabeleceu” expressam **causa**. Então, com as duas últimas expressões, haveria alteração de sentido, o que condiz com a afirmação do item 5. Também se preservaria a correção do período, caso se substituísse a oração “ao estabelecer” por “por estabelecer” e por “estabelecendo”. **Vejamos a nova frase:** “Foi, porém, Tomé de Sousa, em 1549, quem verdadeiramente deu início à estruturação do Poder Judiciário no Brasil, **por estabelecer (ou estabelecendo) o Governo-Geral e trazer consigo o primeiro Ouvidor-Geral, Pero Borges**”. **Agora o erro deste item:** ao contrário do que se afirma na questão, **não** se preserva a correção gramatical do período ao se substituir a oração “ao estabelecer” por “quando estabeleceu” e por “porque estabeleceu”. Para tal, seria necessário alterar a forma verbal “trazer”. **Vejamos como ficaria o novo período:** “Foi, porém, Tomé de Sousa, em 1549, quem verdadeiramente deu início à estruturação do Poder Judiciário no Brasil, **quando estabeleceu (ou porque estabeleceu) o Governo-Geral e trouxe consigo o primeiro Ouvidor-Geral, Pero Borges**”.

1. Durante um bom tempo, a administração da Justiça,
2. no Brasil, fez-se por intermédio do Ouvidor-Geral, a quem
3. se podia recorrer no caso de haver discordância com relação
4. às decisões dos ouvidores setoriais, responsáveis pelas
5. comarcas estabelecidas em cada uma das capitâneas
6. hereditárias. Modernamente, a função do ouvidor está
7. relacionada às tarefas de ouvir e de encaminhar as
8. solicitações do cidadão, e as experiências dos municípios e
9. estados que instalaram ouvidorias têm comprovado a
10. importância da aliança entre governantes e governados para
11. o fortalecimento de nossas instituições democráticas. Ao se
12. fazer um apanhado histórico do papel do ouvidor na estrutura
13. do Poder Judiciário, no Brasil, é importante ressaltar que seu
14. surgimento se deu com o objetivo de proteger o cidadão
15. contra qualquer tipo de abuso, garantindo-lhe os direitos
16. fundamentais, hoje elencados pela própria Constituição Federal.

Internet: <<http://www.camara.gov.br>>.

**Tendo por base o texto acima, julgue os itens que se seguem.**

6. A preposição empregada em “a quem” (l.2) justifica-se pela regência do verbo “recorrer” (l.3).

**6. Item Correto** – No caso, o verbo “recorrer” é transitivo indireto, exigindo preposição “a” (quem recorre, recorre a alguém ou a algo = podia-se recorrer ao Ouvidor-Geral).

7. Na linha 8, o uso da vírgula após “cidadão” justifica-se porque o sujeito da oração subsequente é diferente do sujeito da oração anterior.

**7. Item Correto** – É aconselhável o uso da vírgula antes da conjunção “e” quando houver sujeitos diferentes: o sujeito da forma verbal “está” é “a função do ouvidor”; já o sujeito de “têm comprovado” é “as experiências dos municípios e estados”. Observemos que, caso não houvesse vírgula anteposta ao conectivo “e”, poderíamos pensar que a expressão “as experiências dos municípios e estados” seria complemento nominal de “relacionada”, o que caracterizaria um equívoco.

8. O emprego de sinal indicativo de crase em “as experiências” (l.8) preservaria o sentido original e a correção gramatical do texto.

**8. Item Errado** – Não pode haver crase em “as experiências”, visto que essa expressão faz parte do sujeito de “têm comprovado” (as experiências dos municípios e estados - sujeito - têm comprovado...), portanto “as” é apenas artigo. Caso houvesse crase, a expressão “às experiências” passaria a ser complemento nominal de “relacionada”, modificando, assim, o sentido da frase, e a forma verbal “têm comprovado” ficaria sem sujeito. Tal fato deixaria o período incoerente.

9. O emprego do pronome na primeira pessoa do plural “nossas” (l.11) indica que o autor inclui no texto a voz dos brasileiros em geral.

**9. Item Correto** – Ao usar o pronome na primeira pessoa do plural “nossas”, o autor refere-se a todos os brasileiros, já que o texto foi escrito no Brasil e fala de assunto referente a todos os cidadãos brasileiros.

10. Em “garantindo-lhe” (l.15), o pronome “lhe” exerce a função sintática de objeto indireto e refere-se a “cidadão” (l.14).

**10. Item Correto** – Em “garantindo-lhe”, o pronome “lhe” exerce a função sintática de objeto indireto e retoma anaforicamente o termo “cidadão”. **Vejam os a substituição:** é importante ressaltar que seu surgimento se deu com o objetivo de proteger o cidadão contra qualquer tipo de abuso, garantindo ao cidadão os direitos fundamentais, hoje elencados pela própria Constituição Federal (os direitos – objeto direto; lhe – objeto indireto).

1. Desde que Montesquieu, no século XVIII, em
2. **O Espírito das Leis**, definiu as linhas básicas do sistema
3. democrático de governo, a ciência política não logrou
4. conceber, até os nossos dias, forma mais significativa de
5. expressão da vontade de um povo no que se refere à
6. convivência em uma sociedade politicamente organizada
7. do que a estabelecida por ele, genialmente, na clássica
8. tríplex separação dos poderes do Estado.
9. O Estado, entidade inanimada e abstrata, que, ao se
10. realizar, materializa-se na concreção de formas, atos e
11. sentidos, traduz-se nesse imensurável complexo de ações que
12. dão substância ao desejo de conformação política de uma nação.

*Internet: <<http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa>>.*

**Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.**

11. Pelos sentidos do texto, a expressão “Desde que” (l.1) estabelece, entre as orações do período, uma relação de condição.

**11. Item Errado** – A expressão “Desde que” estabelece, entre as orações do período, uma relação de **tempo** (Desde que = Desde quando = Desde o tempo em que).

12. Pode-se inferir do contexto que a palavra “logrou” (l.3) está sendo empregada com o sentido de **desejou**.

**12. Item Errado** – A palavra “logrou” está sendo empregada com o sentido de “conseguiu”, “alcançou”.

13. O emprego do termo “do que” (l.7) é uma exigência que está vinculada ao uso da expressão antecedente “mais significativa” (l.4).

**13. Item Correto** – O emprego do termo “do que” é uma exigência que está vinculada ao uso da expressão antecedente “mais significativa”, isto é faz parte de uma estrutura comparativa: **forma** *mais significativa... do que a* (= a forma) estabelecida por ele, genialmente, na clássica tríplice separação dos poderes do Estado.

14. Em “a estabelecida” (l.7), subentende-se, como recurso de coesão textual, a elipse da palavra “forma”, citada na linha 4.

**14. Item Correto** – Em “a estabelecida”, subentende-se, como recurso de coesão textual, a elipse da palavra “forma”, citada na linha 4. **Observemos:** “a ciência política não logrou conceber, até os nossos dias, **forma** mais significativa de expressão da vontade de um povo no que se refere à convivência em uma sociedade politicamente organizada do que **a forma** estabelecida por ele, genialmente, na clássica tríplice separação dos poderes do Estado”.

15. O pronome masculino singular “ele” (l.7) está sendo empregado como recurso coesivo que retoma o termo antecedente “povo” (l.5).

**15. Item Errado** – O pronome masculino singular “ele” está sendo empregado como recurso coesivo que retoma o termo antecedente “Montesquieu”.

1. O processo, que é o instrumento que reúne todas as
2. peças da pretensão levada ao juiz, seja do autor, seja do réu,
3. da acusação ou da defesa, é uma engrenagem complexa.
4. A Constituição Federal erigiu o devido processo
5. legal, situado substancialmente no acatamento ao primado
6. do contraditório e do amplo direito de defesa, como um
7. conjunto de regras de valores supremos não só para os
8. julgadores mas também para as partes do qual não pode se
9. afastar o aplicador do direito no momento de exercer a
10. jurisdição.
11. Entretanto, a esse pretexto, o que se verifica é um
12. eterno vai-e-vem na tramitação do processo, de imperdoável
13. irracionalidade, que não pode ser atribuído ao juiz, mas ao
14. nosso já vetusto sistema processual, ultrapassado em
15. quilômetros de distância da evolução por que passa o Mundo
16. e da qual o Brasil não se pode apartar.

i. Internet: <<http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa>>.

**Julgue os itens que se seguem, relativos ao texto acima.**

16. As vírgulas logo após “processo” (l.1) e “defesa” (l.3) têm a função de isolar elementos intercalados entre o sujeito e o predicado.

**16. Item Correto** – As vírgulas logo após “processo” e “defesa” têm a função de isolar elementos intercalados entre o sujeito e o predicado: trata-se, respectivamente, da oração adjetiva explicativa “que é o instrumento que reúne todas as peças da pretensão levada ao juiz”, e das expressões “seja do autor” e “seja do réu”.

17. A palavra “erigiu” (l.4) está sendo empregada com o mesmo significado que apresenta na seguinte frase: O governo erigiu um monumento em granito para celebrar a passagem da data nacional.

**17. Item Errado** – Em “O governo erigiu um monumento em granito para celebrar a passagem da data nacional”, a palavra “erigiu” significa “criou”, “levantou”, “ergueu”; no texto, possui o valor semântico “transformou”.

18. Na linha 5, a presença de preposição em “ao primado” justifica-se pela regência de “situado”.

**18. Item Errado** – A presença de preposição em “ao primado” justifica-se pela regência de “acatamento”.

19. O termo “do qual” (l.8) é um elemento que estabelece coesão textual ao referir-se ao trecho anteriormente expresso: “conjunto de regras de valores supremos” (l.7).

**19. Item Correto** – O termo “do qual” é um elemento que estabelece coesão textual ao referir-se ao trecho anteriormente expresso: “conjunto de regras de valores supremos”. Observemos a substituição da expressão “o qual” por “conjunto de regras de valores supremos” : “... **um conjunto de regras de valores supremos** não só para os julgadores mas também para as partes do **conjunto de regras de valor supremos** não pode se afastar o aplicador do direito no momento de exercer a jurisdição (= o aplicador do direito no momento de exercer a jurisdição não pode afastar-se do **conjunto de regras de valor supremos**).

20. A expressão “a esse pretexto” (l.11) constitui recurso coesivo que retoma a idéia de “não só para os julgadores” (l.7-8).

**20. Item Errado** – A expressão “a esse pretexto” constitui recurso coesivo que retoma todo o parágrafo anterior: o fato de “*o processo legal, situado substancialmente no acatamento ao primado do contraditório e do amplo direito de defesa, como um conjunto de regras de valores supremos não só para os julgadores mas também para as partes do qual não pode se afastar o aplicador do direito no momento de exercer a jurisdição*”.